



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 22

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 26 DE OUTUBRO DE 2016

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. ORDEM DO DIA	6
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.....	6
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	6
3. APROVAÇÃO DE ATAS	6
Ata de 28 de setembro de 2016.....	6
Ata de 12 de outubro de 2016	6
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:	
4.1 Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Atividades Mais Relevantes para os anos de 2017/2020, Orçamento para o ano de 2017 e Mapa de Pessoal para o ano de 2017	7
4.2 Ratificação do Despacho n.º 32/16 – 7.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2016 – PPI e AMR.....	38
4.3 Ratificação do Despacho n.º 33/2016 – 8.ª Alteração ao Orçamento de 2016	39
4.4 Aceitação de doação de micro-ondas	39
4.5 Revogação de subsídio atribuído à Associação Equestre de Alcochete	40
4.6 Celebração de protocolo de parceria entre a Câmara Municipal de Alcochete e a CERCIMA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado de Montijo e Alcochete, CRL	41
4.7 Apoio ao Movimento Associativo e Desportivo – Celebração de contrato-programa para o ano de 2016: Associação de Proteção dos Animais Abandonados “Os Canitos”	41
4.8 Alteração aos anexos I e II do Regulamento Interno da Biblioteca de Alcochete	42
4.9 Atualização da Política de Incorporações do MMA – Museu Municipal de Alcochete	43
5. APOIOS FINANCEIROS	44
6. INFORMAÇÕES	47
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	47
ENCERRAMENTO.....	48

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezasseis, nesta vila de Alcochete e sede do Vulcanense Futebol Clube, pelas vinte e uma horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Francisco José da Fonseca Giro e Vasco André Marques Pinto.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente agradeceu à Direção e estantes órgãos sociais do Vulcanense Futebol Clube a cedência das instalações para o atendimento dos munícipes e realização da reunião descentralizada e deu conhecimento que ficava retirado o ponto 4.7 da Ordem do Dia, renumerando-se, assim, os pontos seguintes.

De seguida prestou a seguinte informação:

– Câmara de Alcochete tem o melhor *website* do país

«A Câmara Municipal de Alcochete foi distinguida com o 1.º lugar do *ranking* global no Ipic-índice da presença na internet das câmaras municipais e com o 2.º lugar na categoria de serviços *online*, numa sessão que decorreu no auditório da Microsoft, em Lisboa, no dia 17 de outubro.

No estudo efetuado pelo GÁVEA – Laboratório de Estudos e Desenvolvimento da Sociedade de Informação da Universidade do Minho o sítio na internet da Câmara Municipal de Alcochete obteve a melhor classificação, entre os 308 municípios portugueses.

Em representação da câmara municipal, a vereadora Raquel Prazeres recebeu os prémios, após a apresentação dos resultados pelos professores Delfina Soares, Luís Amaral e Luís Miguel Ferreira, da Universidade do Minho, numa sessão à qual assistiram também Paula Panarra, diretora de marketing, operações e gestão de negócio da Microsoft Portugal e João Ribeiro, vogal do Conselho Diretivo da Agência para a Modernização Administrativa.

Realizado a cada dois anos, o estudo agora divulgado refere-se à avaliação da presença na internet das câmaras municipais no ano de 2014, em que o período de recolha e avaliação dos dados ocorreu em finais de 2014 e início de 2015.

A análise dos sítios web é realizada a partir da observação direta dos *websites* dos 308 municípios portugueses de acordo com quatro grandes critérios: conteúdos (tipo e atualização); acessibilidade, navegabilidade e facilidade de utilização; serviços *online* e participação.

No que se refere ao critério Conteúdo (tipo e atualidade) foi analisada a informação disponibilizada pela autarquia relacionada com a constituição da câmara, contactos, horários, entre outros; a informação do município relacionada com a história, geografia, cultura, turismo; a informação de gestão da autarquia - no que se refere à publicação do plano de atividades, planos plurianuais de investimento, relatórios e contas, taxas municipais; informação sobre os serviços municipais, instrumentos de gestão territorial, outras informações como avisos, legislação, entre outros.

O critério Acessibilidade, Navegabilidade e Facilidade de utilização assentou nos seguintes indicadores: conformidade com *browsers*, acesso a partir de canais móveis, posicionamento em motores de busca, tempo de carregamento da página, acesso através de diferentes sistemas operativos, mapa do site, links nas restantes páginas, modernidade do site e línguas utilizadas.

Na categoria Serviços Online foram analisados os serviços que a câmara municipal disponibiliza ao cidadão através da internet no que respeita ao *download* de formulários, preenchimento e submissão de formulários online, monitorização da execução de serviço e pagamento online do serviço.

Para o critério Participação Pública foram identificados os seguintes indicadores: canais de contacto diretos para esclarecimento de dúvidas e envio de comentários/sugestões, espaço web1.0 para discussão e auscultação de opinião, presença nas redes sociais e participação de ocorrências.

Esta foi a 8.^a edição do Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais publicado pela Universidade do Minho. Desde 1999 que o Gávea – Laboratório de Estudo e Desenvolvimento da Sociedade de Informação tem efetuado estudos intitulados “Avaliação da Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas” que visam avaliar os sítios internet das câmaras portuguesas quanto à informação disponibilizada e grau de atualização, facilidade de pesquisa de informação, cumprimento das disposições legais relativas ao conteúdo publicado e forma de apresentação.

O estudo sobre o Ipic-Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais pode ser consultado em <http://gavea.dsi.uminho.pt>.»

A Câmara tomou conhecimento, tendo a senhora vereadora Raquel Prazeres e os senhores vereadores Vasco Pinto e Francisco Giro se congratulado com a atribuição destes prémios, com reconhecimento aos funcionários envolvidos.

O senhor presidente informou também, que no dia 25 de outubro, participou numa reunião do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses onde foi aprovada uma Resolução com as reivindicações dos Municípios, a apresentar na Assembleia da República, a propósito da apresentação do Orçamento Geral do Estado para 2017.

O senhor vereador Francisco Giro endereçou os Votos de parabéns à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alcochete pelo seu 68.^o aniversário, que irá decorrer no próximo dia 5 de novembro de 2016, saudando todos os homens e mulheres que fazem parte desta corporação, pelo trabalho prestado em prol das populações do concelho de Alcochete, o que foi corroborado pelo senhor presidente e restantes vereadores.

B. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €1.438.790,78 (um milhão, quatrocentos e trinta e oito mil, setecentos e noventa euros e setenta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que, entre os dias 12/10/2016 e 25/10/2016, autorizou o pagamento da despesa no montante total de €569.727,53 (quinhentos e sessenta e nove mil, setecentos e vinte e sete euros e cinquenta e três cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 3909 ao n.º 4096.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata de 28 de setembro de 2016

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata da reunião ordinária, realizada em 28 de setembro, por unanimidade.

Ata de 12 de outubro de 2016

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata da reunião ordinária, realizada em 12 de outubro, por unanimidade.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Atividades Mais Relevantes para os anos de 2017/2020, Orçamento para o ano de 2017 e Mapa de Pessoal para o ano de 2017

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«1 – Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Atividades Mais Relevantes Para os Anos de 2017 – 2020, Orçamento Para o Ano de 2017:

Nos termos do ponto 2.3 do POCAL, elaboraram-se as Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Atividades Mais Relevantes para os anos de 2017 – 2020 e proposta de Orçamento para o ano de 2017.

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de €4.887.524,00, contemplando o Plano Plurianual de Investimentos com o valor de €1.002.437,00 e as Atividades Mais Relevantes com o montante de €3.885.087,00.

A proposta de Orçamento para o ano de 2017 apresenta em receitas o total de €14.620.305,00 e em despesas o total de €14.620.305,00.

É de referir que o Orçamento da Receita, no valor de €14.620.305,00, reparte-se em receitas correntes no valor de €14.248.927,00 e em receitas de capital no montante de €371.378,00.

O Orçamento da Despesa regista um valor total de €14.620.305,00, em que as despesas correntes apresentam o valor de €12.988.066,00 e as despesas de capital o montante de €1.632.239,00.

O Regime Financeiro das Autarquias Locais institui que os orçamentos municipais incluam, para além dos elementos obrigatórios constantes no artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, um relatório que contenha a apresentação e fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e

descrição das responsabilidades contingentes e o articulado das medidas para execução orçamental.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais – RFAL), no artigo 44.º refere a elaboração do “Quadro Plurianual Municipal”. O referido quadro carece da regulamentação, conforme artigo 47.º da mesma Lei, o qual dispõe que “os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente Lei”. O decreto-lei a que se refere o artigo 47.º deveria pois ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014, o que até à presente data não ocorreu.

Acresce que, nos termos do n.º 3 do artigo 44.º da RFAL “os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento” pelo que entendemos, opinião corroborada também pela ANMP (CIR_108/2014/AG e CIR_86/2015-PB), não ser possível aos municípios aprovarem documentos vinculativos para 2017 cuja regulamentação não existe, ou seja, não estando criadas as condições legais para o cumprimento do artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, por omissão legislativa do Governo, desde 3 de janeiro de 2014.

Neste sentido, são apresentadas uma abordagem do relatório que contem a apresentação e fundamentação da política orçamental a vigorar em 2017 e as principais Normas de Execução Orçamental para o mesmo período.

Junto se remete a informação n.º 25, de 21 de outubro de 2016, da DAGR – “Atualização das Tabelas de Taxas Urbanística e Administrativa – Ano 2017” para conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

2 – Mapa de Pessoal Para o Ano de 2017:

Em função dos princípios e orientações previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal, verifica-se a necessidade de refletir as diferentes ocorrências verificadas nos postos de trabalho descritos no mapa de pessoal aprovado pela Câmara Municipal de

Alcochete a 14/09/2016 e pela Assembleia Municipal de 22/09/2016. O perfil de competências, a caracterização e atribuição de todos os postos de trabalho encontram-se sustentadas no mapa de pessoal descritivo anexo.

A gestão integrada de recursos humanos preconizada na referida Lei, tem como suporte fundamental de trabalho o mapa de pessoal do órgão ou serviço, contendo os postos de trabalho estimados anualmente como necessários ao desenvolvimento das atividades municipais, de acordo com as atribuições e competências que se lhe encontram cometidas.

Para o mapa de 2017, o valor previsto para as despesas com pessoal, é de €6.976.261,00, conforme proposta de orçamento, que compreende a totalidade dos postos de trabalho (ocupados e vagos) que, se consideram necessários ao desenvolvimento das atividades municipais, face às disponibilidades orçamentais do Município.

Assim a proposta de mapa de pessoal para 2017, em anexo, é aprovada conjuntamente com a proposta de orçamento municipal, nos termos da referida LTFP, contendo, comparativamente ao mapa anteriormente aprovado, o mesmo número de postos de trabalho, isto é 379, muito embora se tenham verificado algumas ocorrências, conforme a seguir se identificam:

- a) Reafetação de um posto de trabalho ocupado, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, do Setor de Desporto da Divisão de Intervenção Social, para o Setor de Atividades Económicas e Turismo, da Divisão de Administração do Território, Atividades Económicas e Comunicação;
- b) Vacatura de um posto de trabalho da carreira de Assistente Operacional, área do desporto, dado que o trabalhador transitou para outro organismo, no regime de mobilidade interna, ficando ainda vago o posto de trabalho de Técnico Superior, que ocupava no Município, em mobilidade intercarreiras, na área de Educação Física;

Assim, propõe-se:

1. A aprovação das Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento e Atividades Mais Relevantes para os anos de 2017-2020 e do Orçamento, que engloba o relatório com a apresentação e fundamentação da política orçamental e as principais Normas de Execução Orçamental para o ano de 2017, conforme a alínea c) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
2. O seu envio à Assembleia Municipal para deliberação, de acordo com a alínea a) e o) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.
3. A aprovação do Mapa de Pessoal para o ano 2017, nos termos do artigo 29.º do anexo da LTFP – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 junho;
4. O seu envio à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para deliberação, de acordo com a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, da referida Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com a alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de setembro.
5. Que a Assembleia Municipal autorize de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a contratação de empréstimos de curto prazo para fazer face a dificuldades de tesouraria durante o ano de 2017 nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 49.º da mesma Lei.»

Submetido à discussão, o senhor presidente disse, em jeito de enquadramento, que o processo de construção destes documentos previsionais foi um processo aliciante, por diversos fatores. Primeiro, teve que ver com a constatação de que a situação económica e financeira da Câmara Municipal de Alcochete é uma situação muito positiva e que caminha de forma evolutiva e progressiva para uma situação

de total estabilidade, caminhando de forma progressiva e paulatina para uma situação de saúde financeira.

Salientou que se está ao abrigo de um Plano de Saneamento Financeiro que resultou da constatação, há cerca de dois anos, de que a Câmara tinha desequilíbrios que teriam de ser corrigidos. Passados dois anos de uma política de contenção de despesa e de uma política inevitável com que fomos confrontados de necessidade de aumento da receita mas, é possível afirmar que a Câmara Municipal de Alcochete está numa situação financeira muito, muito positiva. E se esse se transformou como um fator aliciante, também neste processo de construção dos documentos previsionais se transformou num fator de preocupação, ou seja, de que forma é que, constatada esta realidade muito positiva no plano financeiro, se elaborariam ou construiriam documentos previsionais que, mantendo o rigor ao nível das finanças públicas municipais (tentando e criando condições para um não aumento da dívida de curto prazo), se verteria para estes documentos previsionais a estratégia que o município (não só a Assembleia Municipal, mas também a Câmara Municipal, há vários anos) vem definindo quase por unanimidade. Isso foi, também, um fator aliciante porque, confrontados com esta situação financeira positiva estão criadas as condições para que a estratégia definida ao nível do investimento, que em 2017 se vai verificar, seja implementada.

Estes documentos fecham um ciclo político mas, fechando-o, também transmitem claras orientações no que diz respeito àquela que deve ser a estratégia a prosseguir pelo município num futuro ciclo político.

A estratégia da regeneração e reabilitação urbana, da mobilidade e também das acessibilidades, é a que aposta na biodiversidade e no ambiente como um fator diferenciador do nosso território. Também a estratégia de alargamento e requalificação das áreas de localização empresarial são estratégias que se unem numa só, que visam criar um futuro melhor para o concelho, para o território e criando-se esse futuro melhor, criar-se-á, também, um futuro melhor para os nossos cidadãos.

O senhor presidente explicou que são documentos previsionais que, ao abrigo dessa estratégia fazem uso das candidaturas que vão ser apresentadas no âmbito do atual quadro comunitário Portugal 2020. Candidaturas e visão estratégica que, inclusivamente foram aprovadas por unanimidade na Câmara Municipal de Alcochete e assim, conjugando todos os fatores, se construíram estes documentos previsionais.

Em termos de investimento, a Câmara vá realizá-lo no domínio da Educação e no domínio da requalificação e reabilitação da imagem urbana, não só da vila de Alcochete como também na vila do Samouco e noutros locais, nomeadamente, na Fonte da Senhora. Uma aposta, também, na requalificação da rede viária, bem como na imagem e gestão do espaço público em todo o concelho.

São estas as considerações, de natureza política, que servem enquanto enquadramento de apresentação destes documentos previsionais para 2017 e, de forma muito sucinta, para além de se pretender que a Câmara Municipal de Alcochete termine o ano de 2017 com um nível de dívida de curto prazo correspondente à dívida de curto prazo que terá em 31 de dezembro deste ano, a mesma vai desenvolver procedimentos concursais conducentes à realização e à concretização de investimentos, dos quais o senhor presidente, em jeito de exemplo, indicou alguns, nomeadamente: A ampliação da Escola da Restauração, que está sujeita a uma candidatura que ainda vai ser apresentada; a requalificação do miradouro Amália Rodrigues; a requalificação da praça da República, no Samouco; a requalificação do parque de merendas, na Fonte da Senhora (o qual vai ser requalificado numa parceria pública entre a Câmara Municipal de Alcochete e a Junta de Freguesia de Alcochete, porque o senhor presidente da Junta conseguiu aforrar entre 30 a 35 mil euros e propôs à Câmara Municipal que o compromisso que foi apresentado há alguns anos à população da Fonte da Senhora fosse concretizado com a participação e a comparticipação, não de fundos comunitários mas de fundos da Junta de Freguesia de Alcochete. A Câmara Municipal aceitou e o parque de merendas da Fonte da Senhora será obra, estimada em 70 mil euros, a concretizar com verbas da Câmara Municipal de Alcochete e da Junta de Freguesia de Alcochete); a requalificação da rua do Láparo, em Alcochete (ligação entre o *Intermarché* e a rotunda do Batel);

relativamente à Estrada Municipal 502, as obras iniciar-se-ão ainda durante este ano e estarão concluídas em fevereiro de 2017, para além da necessidade que existe de construção e de dotação das localidades da Fonte da Senhora e do Passil e também de todo o parque logístico do Passil, de melhores condições de fornecimento de água. Uma necessidade imperiosa e também, como já foi referido, um investimento ao nível da gestão do espaço público em todo o concelho.

Referiu que como existe disponibilidade orçamental ao nível do PPI, até ao final do ano a Câmara irá investir na aquisição de uma varredoura, modernizando-se algum do equipamento que tem por finalidade gerir o espaço público e também um investimento na aquisição de um servidor, aquisição essa que estava prevista nos documentos previsionais para 2017 mas chegou-se à constatação de que havia flexibilidade ao nível dos atuais documentos previsionais, tendo-se preferido antecipar a aquisição do dito servidor.

As escolhas políticas são sempre suscetíveis de crítica e haverá quem critique a Câmara Municipal de Alcochete pela realização destes investimentos porque os considerará meramente eleitoralistas, no entanto, estes investimentos só serão suscetíveis de serem realizados porque a situação financeira da Câmara Municipal é muito positiva e, na sua opinião, mais vale ser criticado por fazer do que ser criticado por não fazer.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto questionou a razão de alteração das rubricas face aos documentos previsionais entregues na 2.^a feira e na 6.^a feira anterior. A título de exemplo, a taxa correspondente ao IMI, no documento entregue na 2.^a feira, tem uma previsão para 2017 de 400 mil euros e os documentos entregues na 6.^a feira têm uma previsão de 1 milhão e 400 mil euros, ou seja, uma alteração de 1 milhão de euros parece-lhe uma alteração bastante relevante para, em tão curto espaço de tempo, se modificar esta rubrica.

Passando ao Relatório de Apresentação e Fundamentação de Política Orçamental, na parte das Receitas, o 5.º parágrafo menciona “*O Município recebeu, em média, nos últimos 24 meses, cerca de 1 milhão e 400 mil euros, relativos a IMT, prevendo-se em orçamento arrecadar a verba de 1 milhão, 404 mil euros, montante*

esses inferior à média dos anteriores (...)”, o que, ao senhor vereador parece que não é inferior, mas sim superior, verificando-se, assim, um erro no Relatório.

De seguida verificou também que, por exemplo, em relação ao IMT há um aumento de receita, em comparação com aquilo que era previsto para 2016, nos documentos apresentados há um ano atrás, de, aproximadamente, 800 mil euros da receita, que são mais 124%, questionando qual a justificação. Verificou, também, um aumento de 9% no saneamento e questionou a que se deve e se o mesmo será refletido na fatura dos consumidores. Verificou igualmente um aumento relevante, no que diz respeito à receita do FEF e, apesar de considerar um bom sinal, pediu o esclarecimento da Câmara.

De seguida, e uma vez que o senhor presidente mencionou algumas obras que serão feitas, ou que estão perspectivadas, uma vez que são propostas, cujo financiamento ainda não está definido, como os próprios documentos apresentam, o senhor vereador solicitou esclarecimentos referindo que para 2016 estava prevista uma verba de 148 mil euros para a repavimentação da Estrada Municipal 502 e, segundo o que sabe, esta obra não foi executada, estando prevista para o ano de 2017 mas com 120 mil euros. Em relação ao furo da Fonte da Senhora, para este ano, estavam orçamentados 50 mil euros e para o ano de 2017 prevê-se uma orçamentação de 110 mil euros.

O senhor vereador Francisco Giro, em relação aos documentos previsionais colocou algumas questões, nomeadamente, quanto a algumas rubricas essenciais ao nível do desenvolvimento de Alcochete, como a questão do desenvolvimento local da base comunitária, que considera essencial, uma vez que pode ser um polo dinamizador do desenvolvimento costeiro e urbano. Considera também importante a questão da criação e da implementação do contrato de desenvolvimento do Programa de Ação de Apoio às Redes Locais de Intervenção Social, por poder ser também um motor, uma alavanca para o desenvolvimento social do concelho, no entanto, ao verificar que existem rubricas de 100 euros (supondo que deve ser para abertura de rubricas), fica sem saber qual é o investimento que vai ser feito, ou seja, qual vai ser o investimento afeto a estas mesmas rubricas.

Considerou também importante a questão do Programa de Ação para a Redução e Prevenção do Abandono Escolar e a da Promoção da Igualdade, por considerar importantíssimo para o concelho já que, ao nível do abandono escolar, por infelicidade, nos últimos anos Alcochete teve uma taxa de retenção no secundário muito grande, sendo uma das mais elevadas da grande área de Lisboa. Por ser uma situação preocupante, considera necessário que a Câmara reflita sobre o assunto e crie políticas que consigam combater essa situação. A questão da igualdade é um tema atual e fundamental para a reestruturação da democracia, tanto em igualdade de oportunidades, como na igualdade de género, por isso vê, também, “com bons olhos” esta aposta ao nível do programa, bem como a requalificação do miradouro Amália Rodrigues uma vez que a mesma era uma aposta do Partido Socialista, entre outras.

Disse, ainda, que tem algumas hesitações relacionadas com a questão dos espaços verdes, do sistema de regas, da reestruturação dos espaços verdes ao nível da sua estruturação, que também apresenta valores de abertura de rubrica, de 100 euros, não conseguindo o Partido Socialista perceber qual será que será o financiamento afeto a essas mesmas rubricas. Esta é uma área importante para o seu Partido, já que é um *ex-libris* da estruturação do concelho, devido à visibilidade por parte de quem nos visita, bem como o turismo, que é uma grande aposta do concelho de Alcochete. Os bons e bem cuidados espaços verdes também promovem o turismo e embelezam ainda mais esta terra que tem muitas características importantes a nível paisagístico.

Quanto ao Orçamento gostaria de ver esclarecido, nomeadamente, no resumo das despesas a que é que corresponde a rubrica 02.02.25 – outros serviços, a que estão afetos, a nível da despesa, 2 milhões, 440 mil e 357 euros. Também em relação a este orçamento, verificou que existe alguma preocupação quanto à questão dos empréstimos, a médio e a longo prazo, a sociedades financeiras, onde há valores acima do meio milhão de euros.

O senhor presidente esclareceu que, no que diz respeito à diferença entre as duas versões dos documentos previsionais, a primeira, foi remetida na passada 6.ª feira, por uma questão de cortesia, para que os senhores vereadores pudessem com

tempo, analisar as propostas que ainda não estavam consolidadas, ou seja, há que perceber que se estava perante uma proposta não definitiva de documentos previsionais.

Em relação à questão concreta do IMT e do seu desfasamento no que diz respeito ao valor que constava da primeira versão, comparativamente com o valor que consta na versão definitiva, a explicação é muito simples: é que a versão preliminar continha um valor previsto de receita de IMT correspondente a um cálculo deste imposto já com uma redução de 1/3, que resultaria da aplicação do regime jurídico que previa essa redução gradual, até à extinção do IMT enquanto receita municipal. De acordo com o Plano de Saneamento Financeiro, para o ano de 2017, a Assembleia Municipal de Alcochete, sob proposta da Câmara e em função do regime jurídico que estava em vigor, previa uma extinção progressiva do IMT enquanto receita municipal durante três anos, houve uma previsão de receita, relativamente a este imposto, na ordem dos 400 mil euros. A realidade é outra completamente diferente, o regime jurídico não se vai aplicar, o IMT vai manter-se enquanto receita principal e optou-se por calcular o valor da receita para 2017 em função da média conjugada dos dois últimos exercícios, ou seja, a receita executada durante os anos de 2015 e 2016 e aquela que se prevê executar neste último trimestre de 2016, chegando-se a esta média que gera este desfasamento no que diz respeito ao IMT.

Relativamente ao FEF, explicou primeiro que, quanto ao valor que será recebido pela Câmara Municipal a título de participação nos impostos do Estado, constatou-se que houve um aumento de 2,9% no que respeita aos valores que serão recebidos pelo Município de Alcochete, o que gera este acréscimo de receita na ordem dos 90 mil euros, conjugando o FEF e o Fundo Social Municipal e a participação, também, no IRS.

No que diz respeito às obras disse que o senhor vereador Vasco Pinto mencionou corretamente, mas quase que se ficou com a sensação de que, não havendo o financiamento definido, as mesmas não se vão concretizar e o que é facto é que se concretizarão, assim haja capacidade da Câmara Municipal de Alcochete ao nível do setor de contratação pública, para desenvolver os procedimentos concursais.

O senhor presidente, explicando de que forma o financiamento não definido se vai converter em financiamento definido, disse que em relação à ampliação da Escola da Restauração, tratou-se de uma obra que representará um encargo global entre 447 mil e 450 mil euros, comparticipada a 50% a fundos comunitários e a Câmara Municipal recorrerá à celebração de um contrato de mútuo, um empréstimo, com uma qualquer instituição financeira, para suportar o seu esforço financeiro municipal. No que diz respeito às obras de requalificação do miradouro Amália Rodrigues, o senhor presidente adiantou que é uma obra que terá um valor global na ordem dos 350 mil euros + IVA, sendo também uma obra comparticipada a 50% de fundos comunitários e que a Câmara integrará nesse contrato de mútuo o seu esforço financeiro que, conjugado com a comparticipação de fundos comunitários, possibilitará a concretização daquela obra.

Relativamente à Estrada Municipal 502, a obra iniciar-se-á, se não houver atrasos, em dezembro deste ano, tendo a mesma, de acordo com o contrato que foi celebrado entre a Câmara Municipal de Alcochete e a empresa que a vai desenvolver, terá um prazo máximo de execução de 60 dias.

Quanto ao furo da Fonte da Senhora, que continha uma dotação para 2016 de 50 mil euros, o senhor presidente explicou que esses 50 mil euros não foram ainda executados e, portanto, previsivelmente, também transitarão e ficarão englobados em todo o valor que será necessário para a realização do furo e para dotá-lo do equipamento necessário para que o mesmo funcione e para que as localidades da Fonte da Senhora e do Passil e também o parque logístico do Passil tenham uma maior qualidade, ao nível do fornecimento de água. Portanto, não houve execução financeira dessa dotação durante este ano de 2016 e o furo consta como proposta de investimento no próximo ano. Uma parte da execução desse investimento será suportada por receitas correntes e a outra parte por um empréstimo ao qual a Câmara Municipal de Alcochete recorrerá.

Esclareceu, ainda, que diante as obras que elencou, duas têm comparticipação de fundos comunitários, nomeadamente, a ampliação da Escola da Restauração e a requalificação do miradouro Amália Rodrigues e que há necessidade de celebrar um contrato de mútuo para suportar financeiramente o esforço municipal. Em

relação às demais obras (furo de captação da Fonte da Senhora, a requalificação do parque de merendas na Fonte da Senhora e a requalificação da praça da República, no Samouco) terá de se perceber se é possível integrar estes valores no contrato de mútuo, que suportará financeiramente as obras comparticipadas ou se terá de ser celebrado um outro contrato de mútuo, por questões de natureza jurídica.

A dívida de médio e longo prazos é uma dívida totalmente gerível, tal como a dívida de curto prazo, a qual, apesar de ser igualmente gerível, a Câmara não quer aumentar.

Quanto às questões suscitadas pelo senhor vereador Francisco Giro, em relação ao programa de apoio e integração das comunidades desfavorecidas, o senhor presidente explicou que se trata da visão estratégica que foi aprovada pela Câmara Municipal de Alcochete e que tem por objetivo a apresentação de candidaturas ao *Portugal 2020*. A rubrica de 100 euros tem como única finalidade manter essa rubrica aberta para a eventualidade de ser possível apresentar uma candidatura e no momento em que a mesma tiver razão de ser. Disse ainda ao senhor vereador que se olhasse para a construção dos documentos previsionais, repararia que em todas as rubricas se verifica um financiamento não definido e o valor global das candidaturas, nos montantes que foram candidatados. Assim que forem publicitados, e entrarem em vigor os avisos de abertura de candidaturas, logo a Câmara perceberá se tem condições para apresentar a candidatura. A Câmara apresentou as suas visões estratégicas ao Portugal 2020, ao Pacto da AML, ao PEDUS, etc. mas também afirmou (e aqui está o pecado por excesso) que era sabido antecipadamente que a Câmara Municipal de Alcochete teria dificuldades em apresentar candidaturas a todas as ações, porque se trata de uma área metropolitana de Lisboa que, infelizmente, tem uma comparticipação comunitária de apenas 50%.

No que diz respeito aos espaços verdes o senhor presidente adiantou que o que está previsto é um formato de gestão dos espaços verdes diferente do atual (o que também consta nos documentos previsionais, apenas em termos meramente valorativos, em termos numéricos). Trata-se de um formato em que, na freguesia de

Alcochete, a gestão dos espaços verdes ficará como tarefa dos trabalhadores da Câmara Municipal mas em formato que, complementarmente às tarefas desenvolvidas pelos mesmos, se prevê a celebração de contratos de prestação de serviços com uma ou duas empresas para a gestão dos espaços verdes nas freguesias do Samouco e de S. Francisco.

O senhor presidente disse que, durante vários anos, o vereador Jorge Giro sempre foi o rosto mais visível e mais criticável pelo estado, nalguns casos, que todos nós lamentávamos e lamentamos, ao ponto a que alguns espaços verdes chegaram, no entanto, foi o rosto mais visível duma decisão que foi coletiva e de uma decisão que tinha subjacente uma necessidade de contenção de despesa. Durante vários anos, a Câmara foi-se insurgindo contra a política que lhe impôs uma redução progressiva de assistentes operacionais, na ordem dos 70 trabalhadores que, ao longo de 4 ou 5 anos, tiveram de sair da Câmara Municipal e não foram substituídos por outros, tornando-se numa situação que tornou quase impossível a prestação do serviço público. Lembrou que muitas vezes em reuniões de Câmara e sessões da Assembleia Municipal, alertou para a inevitabilidade de essas políticas que estavam a ser impostas aos municípios, implicarem, inevitavelmente, uma degradação do serviço público que seria prestado pelos mesmos e, no caso particular, pelo Município de Alcochete.

No que diz respeito à dívida de médio e longo prazo, chegar-se-á ao final de 2016 com cerca de 3 milhões e 742 mil euros e, apesar de no seu conjunto os diferentes contratos de mútuo ascenderem a cerca de 600 mil ou 700 mil euros, esse esforço financeiro é perfeitamente acomodável pela disponibilidade de tesouraria da Câmara Municipal de Alcochete. Por estes motivos, a proposta que passa pela contração de um ou de dois contratos de empréstimo que, no seu todo, ascendem a 800 mil euros, ou seja, num primeiro ano de carência serão 16 mil euros em juros e depois no segundo ano, que será o mais pesado do ponto de vista financeiro, uma vez que os juros conjugados com a amortização de capital representam um esforço financeiro anual de 63 mil euros para o município, sendo um esforço financeiro também muito acomodável para a Câmara Municipal de Alcochete. Aliás, em qualquer mandato, o primeiro ano e o segundo ano são para conter, de alguma forma, e planear. O terceiro ano e o quarto ano são para executar o planeamento

também realizado. Neste mandato existiram duas condicionantes: A condicionante financeira e a condicionante que tinha que ver com a abertura de avisos, que nos permitissem a apresentação de candidaturas para investimentos que foram, e são, considerados prioritários. Alcochete continua a ser dos municípios que menos verbas recebem do Orçamento do Estado, situação que é absolutamente sem adjetivos e incompreensível e, portanto, é um município que está muito dependente dos seus impostos diretos. Se há um imposto que o Município de Alcochete domina, há outro que contém variáveis não domináveis, que tem que ver com o IMT. Contudo, no plano macroeconómico, o senhor presidente disse que se houver uma decisão em relação ao novo aeroporto de Lisboa e se o mesmo se vier a concretizar no Campo de Tiro de Alcochete, ou na Base Aérea n.º 6, no Samouco, a Câmara Municipal de Alcochete terá condições para que o IMT venha a reconstituir-se como uma das principais fontes de financiamento do município, recordando que até 2008, 2009, o IMT era uma receita que ascendia a cerca de 3 milhões e 400 mil euros e agora verifica-se, com espanto, como é que ascende a 1 milhão e 400 mil. Desta forma, se no plano macroeconómico essas decisões forem tomadas, continuando a Câmara Municipal de Alcochete a depender dos seus impostos diretos, não haverá tantas variáveis ao nível do IMT, imposto que continua a ser muito importante.

O senhor presidente informou, também, que é espectável que durante o 1.º semestre de 2017 a envolvente ao Fórum Cultural de Alcochete esteja devidamente requalificada, bem como aquele segmento da Frente Ribeirinha, ficando suscetíveis de fruição de todos os munícipes.

Para terminar, o senhor presidente dando “o seu a seu dono”, disse que quando se fala do miradouro Amália Rodrigues, afirmar-se que o Partido Socialista sempre o defendeu é tentar esconder um passado de planeamento que à maioria CDU se deve, dado ter sido visionado em 2009, quando o atual Executivo apresentou o Programa de Ação para a Regeneração da Frente Ribeirinha e, portanto, fica muito satisfeito pelo facto de o Partido Socialista, pela voz do senhor vereador, concordar com este investimento mas, há que dar os parabéns à maioria CDU pela visão que teve no que diz respeito à requalificação da frente ribeirinha do concelho de Alcochete e que passa, também, pela requalificação do miradouro Amália

Rodrigues. Afirmarem que também sempre pugnaram e sempre quiseram o Passeio do Tejo e o miradouro Amália Rodrigues, não parece ao senhor presidente muito cordial, do ponto de vista político, porque não corresponde à realidade.

O senhor vereador José Luís Alfélua, complementando as palavras do senhor presidente relativamente às obras que vão ser feitas até ao final do mandato, referiu a continuação daquilo que foi o compromisso da Câmara Municipal de Alcochete ao nível da eficiência energética, com a redução da emissão de CO2 que, ao longo dos anos, tanto vai prejudicando o planeta e, dessa forma, está previsto ainda este ano fazer a adjudicação da remodelação da rede IP para sistema LED, com uma poupança energética de cerca de 60%. Essa remodelação será feita no Núcleo B (desde a avenida da Restauração até ao jardim do Rossio, inclusive), a urbanização dos flamingos e o Núcleo D (desde a rua da Várzea, junto ao *Intermarché*, até à praça de toiros). São cerca de 300 luminárias, num investimento de cerca de 72 mil euros, importando referir que vai ao encontro daquele que foi o compromisso da autarquia na sua adesão ao Pacto dos Autarcas.

Informou, também, que em S. Francisco terá início na próxima semana a requalificação da rua do Futebol Clube de S. Francisco, numa extensão de cerca de 150 metros e com um custo de cerca de 16 mil euros.

O senhor vereador Jorge Giro, esclarecendo alguns pontos que foram questionados disse que em relação ao furo que é necessário executar na Fonte da Senhora, tem que ver com o facto de, apesar de a Câmara Municipal, em 2013, ter procedido à execução de um novo furo naquela localidade, o facto é que existem cerca de mil utilizadores de água dependentes de um único furo, um caso único no concelho. Por diversas vezes, quando há problemas com essa bomba, a Câmara recorrer aos bombeiros voluntários (da Moita e de Águas de Moura) para atestarem o furo, enchendo diretamente o reservatório de uma boca de água, do concelho e já devidamente tratada, para que aqueles cerca de mil munícipes não se apercebessem por qualquer falha no abastecimento de água.

A água está em condições porque o doseamento de cloro é automático e quando há necessidade, devido à existência de mais cloretos, injeta-se mais cloro e, nesses

casos, acentua o sabor a lixívia. Fazendo um novo furo, numa zona oposta, afasta a possibilidade de a cunha salina penetrar o nosso lençol freático. Este novo furo será executado na zona perto do picadeiro da Fonte da Senhora e após a necessária tramitação, prevendo-se que seja executado em janeiro.

Ainda em relação aos espaços verdes, e relativamente à avenida Euro 2004, o Executivo está a tentar fazer aquilo que o Partido Socialista não quis ou não conseguiu fazer em 2004, aquando da inauguração daquele espaço, em que a Freeport deveria, forçosamente, cuidar daquele espaço exterior ao invés de o entregar, de imediato, à Câmara. Neste momento, o que a Câmara está a tentar é que seja o Freeport a assumir a manutenção daqueles espaços, no entanto, se tal não for possível, será a autarquia a dar “outro ar” àquela entrada.

O senhor presidente complementando esta declaração afirmou que quanto à gestão desta via, tanto os espaços verdes, como a rede viária, estão num processo que a Câmara pretende que seja de imposição, apesar de entender que no plano jurídico tem legitimidade e fundamento para o fazer e está disponível, também, para negociar.

A Câmara tem trabalhado imenso, no que à reabilitação urbana diz respeito, como é o caso das ARU's, que têm permitido que os edifícios que estavam, mais ou menos, em mau uso, hoje já estão de “cara lavada” e isso também permite dar uma imagem de muita qualidade a um concelho.

O senhor vereador considerou ficar mal ao senhor vereador Francisco Giro querer associar o miradouro Amália Rodrigues a uma possível ideia do Partido Socialista, até porque se se recuar um pouco no tempo, a memória que tem das obras desse Partido, relaciona-se com uns *placards* onde se lia “*Aqui vamos fazer um jardim-de-infância*” e depois, por opção legítima, numa altura em que a paixão era pela Educação, essas verbas foram pedidas para serem canalizadas para o Fórum Cultural. Assim, fez-se o Fórum e não se fez o jardim-de-infância. O senhor vereador disse, ainda, que devidos aos trabalhos do Fórum Cultural, este atual Executivo tinha previsto (e tem os projetos feitos) construir dois reservatórios apoiados, no Samouco, para que houvesse armazenamento de água que, neste

momento escasseia naquela freguesia. Devido a trabalhos a mais que foram feitos no Fórum Cultural, e que não foram considerados como tal pelo Tribunal de Contas, a Teixeira Duarte, empresa construtora, moveu uma ação contra a Câmara Municipal de Alcochete, em que este Executivo “apanhou por tabela” ter de pagar cerca de 300 mil euros, caso contrário a Câmara seria executada e, assim, o dinheiro que estava destinado para os tais reservatórios teve de ser canalizado para pagar à Teixeira Duarte.

O senhor vereador lembrou também outros placards, na freguesia do Samouco, onde se lia “Nós vamos aqui construir um Centro de Saúde”, o qual, nessa altura, não foi feito. Foi este Executivo com o empréstimo (que o senhor vereador recorde porque era, à data, deputado municipal) que foi votado contra pela bancada do Partido Socialista e que permitia, não só a construção do parque desportivo do Valbom como, também, a construção do Centro de Saúde, no Samouco e isto é visão e planeamento. Lembrou ainda que, mais recentemente, a bancada do Partido Socialista votou contra os documentos previsionais que viabilizavam a construção da frente ribeirinha, ou seja, pelo Partido Socialista, não haveria Passeio do Tejo.

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres afirmou que a gestão financeira da Câmara durante os últimos mandatos mas, especialmente, no último, por se verificar mais disponibilidade financeira do que aquela que existiu, foi rigorosa, consciente e responsável.

Rigorosa, porque quando se está numa situação financeira difícil tem de se ir ao pormenor e ser transversal, tendo da parte dos trabalhadores uma consciencialização também da situação financeira que a Câmara vive porque, eles próprios, têm que integrar o projeto e a reabilitação financeira do município.

Consciente, porque não há cortes cegos e as pessoas não são números e não se pode “cortar a eito”, uma vez que existem questões de funcionamento, de melhoria das condições dos trabalhadores e não se pode cortar sem ver, no fundo, o que está por trás. Já se viram, até ao nível central, cortes sem olhar a quê, com consequências terríveis para a nossa sociedade que, ainda hoje, estão presentes.

Houve um declínio de todas as condições, desde a saúde, passando pela educação e das próprias autarquias e da sua autonomia, o que é grave.

Responsável, porque a gestão não pode ser só a ideia pontual da situação, mas tem de prever o futuro. Tem sempre de continuar a apostar no investimento, se for possível e dentro das suas capacidades, não baixar os braços, procurar outro tipo de soluções que sejam responsáveis e que mantenham a situação da Câmara, tal como o senhor presidente afirmou, na situação de conforto financeiro que permitirá à Câmara cumprir o seu projeto, com o qual se debate todos os dias nas questões mais pequenas (de recursos humanos e de todas as espécies), porque esse projeto define-as e só não se consegue concretizar, quando a situação financeira não permite.

Com a permissão do senhor presidente, a dra. Cláudia Santos, chefe da Divisão de Administração e Gestão de Recursos, esclarecendo as questões colocadas pelo senhor vereador Francisco Giro, disse que relativamente à rubrica dos outros serviços, 1 milhão e 732 mil euros correspondem ao serviço de tratamento de efluentes, 365 mil euros correspondem aos encargos inerentes à iluminação pública e os restantes 300 mil euros, destinam-se a prestação de serviços para toda a Câmara Municipal. Relativamente ao montante de 550 mil euros, inscritos no capítulo 10 do Orçamento da Despesa, destinam-se à amortização de empréstimos de médio e longo prazo, no ano de 2017.

Relativamente ao erro verificado pelo senhor vereador Vasco Pinto, no Relatório de Apresentação e Fundamentação de Política Orçamental, na parte das Receitas, a dra. Cláudia Santos esclareceu que tal se tratou de um lapso.

O senhor vereador Vasco Pinto questionou se, relativamente aos GOP's, a revisão do PDM, a elaboração de estudos/projetos de natureza urbanística e arquitetónica e a elaboração do Estudo de Avaliação Ambiental Estratégica, no âmbito do PDM e a elaboração da Carta da REN, que têm vindo a transitar de exercício para exercício, se se trata de amortização de dívida.

O senhor vereador Francisco Giro disse, em relação ao Plano Plurianual de Investimentos, que tinha duas questões a colocar, já que na remodelação dos espaços de recreio, dos estabelecimentos de educação e ensino, a rubrica está aberta. Quanto à rubrica do realojamento de famílias, verifica-se o mesmo, 100 euros, como se vai verificando de forma sequencial, em muitas aberturas de rubricas por valores mínimos, o que levanta algumas dúvidas ao senhor vereador sobre qual será o investimento que existirá para as mesmas, afirmando que não é possível fazer uma análise da afetação da verba para estas rubricas.

Quanto às Atividades Mais Relevantes, na rubrica do movimento associativo (as descentralizações financeiras no âmbito social e cívico) onde consta uma verba de 3300 euros, o senhor vereador questionou se com esse conforto e indicadores de saúde financeira a melhorarem, se não é possível haver uma maior ajuda, já que existe um número muito grande de entidades em Alcochete e uma diversidade a vários níveis e ser feito um reforço maior do valor apresentado nos documentos.

O senhor presidente esclareceu que o atual Plano Diretor Municipal está completamente esgotado. Entrou em vigor em 1997, um ano antes da inauguração da ponte Vasco da Gama e em 1999, um ano depois, a Câmara Municipal deliberou de imediato pela sua revisão. Deliberação, essa, que foi reiterada em 2000, portanto, desde esse ano que a Câmara constatou que o PDM de 1.ª geração estava completamente desatualizado da realidade e do sentido estratégico que se pretendia para o concelho.

Afirmando não serem críticas fáceis, o senhor presidente disse que as mesmas resultaram da constatação do facto de, durante quatro anos, o processo de revisão do PDM (coincidindo com o mandato da maioria do Partido Socialista) esteve encerrado numa gaveta e não sofreu qualquer desenvolvimento. Em janeiro de 2016, a Câmara Municipal de Alcochete deliberou no sentido de retomar esse processo, que sofreu deferentes vicissitudes ao longo do tempo, até por factos por todos conhecidos, ou seja, o PDM seria algo com o Aeroporto Internacional de Lisboa, construído no Campo de Tiro de Alcochete, com a ferrovia de alta velocidade, com a plataforma logística do Poceirão, com a 3.ª travessia do Tejo, seria outra coisa diferente sem esta realidade factual. Todo este processo de

indecisão e de indefinição, ao nível das decisões que incidem e têm relevância sobre a construção de um PDM de 2.ª geração fizeram com que o processo se prolongasse por muito mais tempo do que era desejável e em virtude, também, das decisões que foram exteriores à Câmara Municipal de Alcochete: em 2008 o Município foi aconselhado pelo, então, presidente da CCDR-LVT, eng.º Fonseca Ferreira, a (em simultâneo, com o processo de revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo) ir desenvolvendo o processo de revisão do PDM que ia já “bebendo” das conclusões que resultavam do processo de revisão do tal PROT da AML, que esteve em consulta pública. Depois, surgiu um novo Governo que entendeu que aqueles investimentos não se iriam realizar e transmitiu indicações Às CCDR’s para reformar o que quer que fosse, em termos de PROT-AML e, até hoje, nada foi feito ao nível dessa reformulação. Entretanto, houve sucessivas alterações legislativas, com incidência nas áreas de planeamento, urbanismo e ambiente, que têm relevância para efeitos de construção do processo de revisão do PDM, sendo que o PDM de Alcochete tem como particularidade que deve ser o único do país que não tem associada a Carta da Reserva Ecológica Nacional porque alguém (e a responsabilidade não foi do Município de Alcochete), algures, se esqueceu de, em simultâneo com a publicação e conseqüente entrada em vigor do PDM, publicar, também, esse documento com a conseqüência de também ele entrar em vigor.

Nas palavras do senhor presidente, este é o quadro que existia até ao momento em que foi tomada a decisão de retomar o processo de revisão do PDM, independentemente de algumas decisões que ainda não estão definidas mas, em função das tais alterações legislativas já referidas, tentar construir uma proposta para entregar na CCDR-LVT até ao final do primeiro semestre do ano anterior.

Disse ainda que, no ano 2000, a Câmara de Alcochete celebrou um contrato de prestação de serviços com a empresa PLURAL, a qual desenvolveu esse processo durante muitos anos. Até que elaborou o relatório sobre o estado do ordenamento do território, que é uma peça do Plano Diretor Municipal. Na opinião do Executivo, essa empresa não concretizou todas as tarefas que constavam do caderno de encargos ou da fundamentação de trabalhos que serviu para a celebração dessa prestação de serviços. Há uma situação de litígio judicial entre a Câmara Municipal

de Alcochete, que entende que os trabalhos não foram concluídos e a PLURAL, que intentou uma ação judicial contra a Câmara Municipal, cujo valor do pedido é de 120 mil euros, no entanto, a Câmara após ter medido os trabalhos executados, entende que a dívida é somente de 80 mil euros. Entretanto, a Avaliação Ambiental Estratégica foi promovida, sendo realizada e elaborada pela Prof.^a Maria do Rosário Partidário, uma ilustre professora catedrática do IST, que também foi a assessora nos trabalhos de revisão do PROT-AML e foi desenvolvendo, concomitantemente com a elaboração do ano estratégico de Alcochete, esta Avaliação Ambiental Estratégica, que serve também para instruir e conformar o PDM. Uma vez que esta ainda não está concluída, os seus valores transitarão de ano económico.

No que diz respeito ao realojamento de famílias, o senhor presidente explicou que fazê-lo não constitui um encargo financeiro muito elevado, só que o problema tem que ver com as condições financeiras necessárias à construção dos fogos.

Quanto à questão do movimento associativo, o senhor presidente informou que o mesmo, bem como as comissões de festas vão ser aumentados em 10%, confessando que, aquando da construção deste orçamento, existiu até algum pudor em aceitar colocar esses 10% por causa daquilo que é suscetível de ser criticável mas, uma vez que a Câmara tem o tal conforto financeiro, adjetivado pela senhora vereadora Raquel Prazeres, bem como os tais equilíbrio e saúde financeiros, por si adjetivados e se vai realizar investimentos, gradualmente, não correndo grandes riscos financeiros, irá repor parte dos subsídios que tiveram de ser retirados ao movimento associativo. Também a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete vai ser objeto deste aumento, apesar de se tratar da única entidade que durante estes anos de grande contenção não foi objeto de nenhuma redução, atendendo à sua missão, mas também não teve nenhum aumento, por isso a Câmara entende que este aumento de 10% sobre os 35 mil euros, investidos anualmente com os bombeiros, é justo.

A senhora vereadora Susana Custódio, referindo-se às questões colocadas pelo senhor vereador Francisco Giro, no que diz respeito às ações no âmbito das funções sociais, explicou que a AML tem uma verba no âmbito do quadro comunitário e os 18 municípios fizeram o rateio das verbas e das ações que lá

queriam considerar, de acordo com aquilo que eram as possibilidades dentro do quadro económico. Por isso, quanto ao senhor vereador afirmar que não consegue definir ou ter uma ideia favorável ou desfavorável, porque só estão considerados 100 euros, a senhora vereadora clarificou que a Câmara sabe o limite da comparticipação e está a abrir a porta para a possibilidade dessas candidaturas.

Dando um exemplo concreto de uma ação que se prende com a promoção do sucesso escolar, a senhora vereadora disse que os 18 municípios da AML, quando definiram as verbas para os seus territórios, nesta área da promoção do sucesso escolar, estavam todos conscientes que iriam ser dinamizadores (não só a parte do financiador dos 50%, que lhes competia) destes projetos para a promoção do sucesso escolar. No entanto, foram confrontados com a obrigatoriedade de desenvolver esses mesmos projetos dentro da sala de aula, ou seja, os projetos são dinamizados pelo Ministério, pelos docentes e não docentes (que atuam e estão sob a alçada do Ministério da Educação) e os municípios reduzem-se, neste caso, à condição de uma caixa Multibanco. E a uma só voz, porque foi uma posição unânime, os 18 municípios da AML decidiram pedir ao Executivo da mesma, que o conselho diretivo convidasse o senhor secretário de Estado da Educação, para que explicasse o que estava a ser proposto e para que lhe fosse dito, frontalmente, que os municípios eram contra serem reduzidos à referida condição. Desta forma, tem muitas dúvidas que esta ação da promoção de sucesso escolar possa ser uma candidatura com viabilidade, porque o que está a ser pedido aos municípios é que os mesmos financiem os projetos que as direções dos agrupamentos, os professores e o Ministério da Educação queiram desenvolver, obrigatoriamente, dentro das salas de aula.

Relativamente à questão do movimento associativo, esclareceu que os 3300 euros referidos se destinam a três associações, ou seja, às duas associações de reformados, de Alcochete e Samouco e a Associação “Os Canitos”.

Com a permissão do senhor presidente, a dra. Cláudia Santos informou que vai ser lançado um concurso internacional para os seguros, por uma questão orçamental e técnica, fazem-se só duas separações ao nível de distribuição de rubricas de seguros, ou seja, a de acidentes de trabalho tem mesmo que ser feita e já estava

centralizada pela DAGR. Será feita outra, ao nível de todos os outros ramos, desde os acidentes pessoais, à frota, aos multiusos, aos bombeiros, uma vez que tudo isso estava desagregado e direcionado em cada uma das unidades orgânicas responsáveis por cada um desses ramos.

Relativamente à questão dos contratos de avença na DAGR, tem a ver com a celebração de um contrato de assessoria jurídica, que ocorreu durante o presente ano e vai manter-se no próximo.

Quanto à rubrica dos outros trabalhos especializados da DIS, diz respeito aos contratos de manutenção para os equipamentos da piscina, equipamentos desportivos e sistema de aquecimento do Centro Escolar de S. Francisco, bem como os outros contratos que são feitos para todos os estabelecimentos de ensino quanto à manutenção e assistência técnica dos equipamentos dos refeitórios.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto perguntou, ainda, se na requalificação da rede viária está prevista alguma obra de requalificação da via pedonal que liga o Canto do Pinheiro ao Freeport, porque o senhor vereador Jorge Giro disse que se tem trabalhado muito na requalificação das entradas da vila e aquela, como principal, tem sido esquecida e é um perigo, tanto para quem é dotado das capacidades físicas, como para quem tem problemas motores ou dificuldade de locomoção.

Quanto à gestão dos espaços verdes, o senhor vereador congratulou-se que haja essa folga financeira que permita cuidar dos espaços verdes porque tem sido o “tendão de Aquiles” deste mandato, prejudicando todos os utilizadores desses espaços. Na opinião do senhor vereador não basta cortar a relva e neste momento os jardins públicos começam a ser manifestamente conhecidos e um deles é o jardim do coreto, que atualmente (e este assunto já foi falado há muitos meses) oferece um problema grave de saúde a quem o frequenta, dada a sua proximidade aos caixotes do lixo, bem como o seu tipo de piso.

Relativamente ao dito conforto financeiro, o senhor vereador assinalou-o com algum contentamento porque, na última Sessão da Assembleia Municipal, neste

mesmo local, na sede do Vulcanense Futebol Clube, saiu envergonhado por saber que uma senhora esteve mais de um ano para receber 50 euros da Câmara Municipal de Alcochete, por isso, é bom que se tenha adquirido esta folga, de modo a que situações semelhantes não possam voltar a acontecer.

O senhor vereador Francisco Giro disse que existem nestas atividades, números a nível das Atividades Mais Relevantes, a demonstração de uma aposta que considera essencial ao nível das políticas públicas da juventude, ações que reflitam uma intervenção necessária para a juventude de Alcochete. Disse, também, que é com agrado que verifica nos documentos a questão da requalificação do parque de merendas da Fonte da Senhora, no entanto, questionou se também está prevista uma reabilitação, um maior cuidado em relação à E.B. J.I. do Passil, bem como à sua zona envolvente. Perguntou, ainda, o que será feito em relação ao recinto desportivo instalado junto ao Futebol Clube de S. Francisco e se a Câmara irá colocar uma cobertura no palco, em S. Francisco.

O senhor presidente disse que, relativamente às questões colocadas pelo senhor vereador Vasco Pinto, não vai haver crítica política do CDS-PP no próximo ato eleitoral autárquico porque, em bom rigor, o senhor vereador afirmou que o “tendão de Aquiles” deste mandato tinha que ver com a gestão dos espaços verdes portanto, foi-lhe mostrado um formato que vai resolver em definitivo o problema da gestão dos espaços verdes no concelho de Alcochete. Desta forma, nada daquilo que resultou deste mandato vai ser suscetível de crítica por parte do CDS-PP, que o senhor vereador tão bem representa.

Relativamente à referência que o senhor vereador Vasco Pinto fez ao passeio que ligará o Freeport ao largo da Feira, o senhor presidente recordou-o que foi aprovada, por unanimidade, a visão da Câmara relativamente ao PEDUS que contempla a construção de uma ecovia, inclusivamente com uma bolsa de estacionamento imediatamente periférica no que diz respeito ao centro da vila de Alcochete, também conjugada com um sistema de *bikesharing* e, tudo isto, também conjugado com um incentivo à mobilidade em “modos suaves”, mas se as senhoras vereadoras e os senhores vereadores entenderem que a Câmara Municipal de Alcochete deve arriscar um pouco mais e, ao invés de estar, desde já, a equacionar

apresentar um pedido para a contração de um mútuo de 800 mil euros, deve apresentar um pedido para a contração de um mútuo de 1 milhão e 200 ou 300 mil euros, o senhor presidente está perfeitamente disponível, desde que o conforto se mantenha.

De qualquer das formas, em relação a essa matéria, como o prazo final para a apresentação de candidatura só termina no dia 31 de maio, a Câmara está em tempo útil para equacionar essa possibilidade. O senhor presidente gostaria muito de aproveitar esta oportunidade para fazer constar Alcochete nos concelhos que se movem inteligentemente e suavemente, produzindo menos CO2 e, também, criando-se melhores condições de mobilidade entre freguesias. O senhor presidente, inclusivamente, informou que já existe uma proposta muito interessante para Alcochete, por parte da empresa que, dentro em breve, vai colocar 1400 bicicletas no Parque das Nações, em Lisboa.

Em relação à questão da vergonha, sentida pelo senhor vereador Vasco Pinto, o senhor presidente diz que não a adjetivou porque tem 11 anos de mandato enquanto presidente da Câmara Municipal de Alcochete e somente em dois é que a gestão foi absolutamente tranquila. Explicou que no primeiro ano a Câmara teve um problema orçamental terrível porque foi realizada uma auditoria e descobriu-se que havia dívida, não refletida contabilisticamente, no valor de 1 milhão e 700 mil euros. 2007 e 2008 foram anos fantásticos de execução de receitas em percentagem superior a 100% mas, em 2009, descambou o mundo! Descambou do ponto de vista económico e financeiro, de 2009 a 2014. Em 2015 começou a melhorar do ponto de vista do equilíbrio, mas ainda havia muita dívida acumulada. 2016 foi mais positivo porque, em bom rigor, tratavam-se de dois anos acumulados de reequilíbrio financeiro e de execução de receitas muito superior à realização de despesas e, portanto, o senhor presidente não adjetiva, sequer, o termo que o senhor vereador Vasco Pinto utilizou porque nem lhe parece ser um adjetivo que eleve a discussão na Câmara Municipal de Alcochete.

O senhor presidente considera lamentável o uso desse tipo de adjetivos porque o senhor vereador faz parte de um Partido, o CDS-PP, que muito contribuiu para o empobrecimento do país e nisso é que deveria ter vergonha, de ser do CDS-PP e

de se ter apresentado aos eleitores de Alcochete como independente, mascarado de independente. Disso, o senhor presidente teria vergonha, pois apresentou-se como candidato pela CDU, militante do Partido Comunista, e está e consegue sair de cabeça erguida e de consciência tranquila com o trabalho que foi realizado, ou que será realizado, no final destes 12 anos.

Quanto ao ringue, em S. Francisco, o senhor presidente informou o senhor vereador Francisco Giro que a Câmara tem um projeto para aquele espaço que passa pela construção de um polidesportivo. A questão é que, neste momento, apesar do conforto, ainda não estão reunidas as condições para essa construção.

Informou que, quanto à cobertura do palco, o Rancho Folclórico de S. Francisco, que é o principal utilizador do mesmo, nunca colocou à Câmara essa necessidade e questionou se será mesmo uma prioridade, uma vez que a maioria dos festivais se realiza no verão, informando que o Partido Socialista teve, no âmbito do Estatuto do Direito de Audição e da sua pronúncia, de fazer essa afirmação de princípio de necessidade de uma cobertura no palco, em S. Francisco. A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres esclareceu que, quando é necessário, e porque existe uma boa relação com o Depósito-Geral do Exército e com outras entidades militares, e a solução passa por colocar uma cobertura emprestada, o que acontece sempre que é solicitado.

A senhora vereadora Susana Custódio considera que o Município de Alcochete tem políticas de Juventude, a partir do momento em que disponibiliza programas e equipamentos, quer de cariz desportivo, quer cultural aos nossos jovens, estão acessíveis e disponíveis a partir do momento em que a Câmara assumiu um atendimento social orientado, que é o *Bússola*, especificamente para os jovens e a partir do momento em que apoia as iniciativas e os projetos que são provenientes do movimento associativo juvenil. Já este ano, a Câmara apoiou a 1.^a Mostra de Projetos de Musicais de Jovens Músicos do concelho. Estas são políticas de juventude que não se esgotam aqui, no entanto a senhora vereadora não tem a pretensão nem a veleidade de se assumir como capaz de realizar projetos e propor programações que cubram os interesses de toda a juventude e, declarando-se incompetente para isso, a sua solução passa por ouvir os próprios jovens para uma

reflexão, para a construção de soluções que possam ir ao encontro daquilo que são as expectativas dos mesmos. A senhora vereadora informou que, neste sentido, irá propor para breve à Câmara a constituição de um fórum, aberto aos grupos de jovens formais e aos não formais do concelho para que possam dizer o que gostavam de ter e que o município possa acompanhar, adiantando que a Câmara também está disponível para, com outras entidades do concelho, procurar espaços, projetos, financiamentos e apoios pois tudo está em discussão.

O senhor vereador José Luís Alfélua considerou gravosas e irresponsáveis as afirmações feitas pelo senhor vereador Vasco Pinto, no que diz respeito ao parque infantil do jardim do Coreto, porque na sua opinião, uma coisa é dizer que pode constituir perigo público e outra bem diferente é dizer que efetivamente constitui, solicitando ao senhor vereador Vasco Pinto que sustentasse o que disse e explicasse as razões que o levaram a fazer tais afirmações. O que foi corretamente pedido pelo senhor vereador Vasco Pinto, há alguns meses, e que ainda não foi feito por falta de oportunidade, foi a separação do ecoponto enterrado que se encontra no local, separado do parque infantil. A areia foi revolvida há pouco tempo e em relação a colocar outro tipo de pavimento, já esteve uma empresa no local para tentar orçamentar o piso de borracha para aquele espaço, que aconselhou a procurar outra solução porque as raízes das árvores são muito elevadas nalguns pontos, o que danificaria o piso, passado pouco tempo.

O senhor vereador Vasco Pinto disse que não tem, de forma alguma, de sentir vergonha daquilo que foi o último Governo, porque não tem qualquer tipo de intervenção direta naquela que foi a política exercida pela maioria PSD/CDS-PP e, por isso não tem por que ter vergonha das boas e das más ações que foram desenvolvidas.

O senhor presidente disse que, se o senhor vereador Vasco Pinto votou no CDS-PP é responsável, ao que o senhor vereador respondeu que o voto é secreto. O senhor presidente apelou à seriedade dizendo que o senhor vereador foi cabeça de lista num pretenso movimento de cidadãos que tinha uma barriga de aluguer que era o CDS-PP. Quiseram, dissimuladamente, enganar os cidadãos do nosso concelho porque não assumiram que são do CDS-PP.

O senhor vereador Vasco Pinto disse que ninguém obrigou as pessoas a irem votar e o senhor presidente respondeu que não foi isso que afirmou, mas que continua a achar, que houve pessoas que quando foram votar, estiveram à procura do movimento de cidadãos e não o encontraram e, talvez por isso se tenham absterido de votar.

O senhor vereador Vasco Pinto questionou se o senhor presidente tinha alguma bola de cristal, que lhe permitisse fazer tais afirmações ao que o senhor presidente respondeu que não, mas tinha muito trabalho realizado. Disse, ainda, o senhor vereador que o senhor presidente é que deveria ter sentido vergonha, como ele sentiu, que a senhora estivesse numa reunião de Câmara a reclamar que recebeu 56 euros ao final de um ano e se o senhor presidente não gosta do adjetivo, o senhor vereador considera que é um adjetivo correto para expressar aquilo que sentiu naquele momento. Por outro lado, o que o senhor presidente sentiu adjetivará da forma que quiser.

O senhor presidente perguntou ao senhor vereador Vasco Pinto se não sente vergonha em passear no Passeio do Tejo, tendo defendido a sua não construção, ao que o senhor vereador respondeu que não defendeu a não construção do Passeio do Tejo e pediu ao senhor presidente que não deturpasse as suas palavras, uma vez que, na sua opinião, o senhor presidente gosta muito de jogar com as palavras e que vai aprendendo consigo. O senhor presidente respondeu que não estava a jogar com as palavras, apenas tem boa memória e que o senhor vereador não aprenderá nada consigo porque o senhor presidente afirmou que nunca foi a votos tentando enganar a população.

O senhor vereador Vasco Pinto afirmou que considerava as palavras do senhor presidente como uma ofensa que lhe era dirigida e o senhor presidente respondeu que a adjetivação era sua e a ofensa fica com o senhor vereador, tal como disse em relação à adjetivação de vergonha com que o brindou. O senhor presidente reiterou que nunca foi a votos tentando enganar a população porque se afirmou como sendo da CDU, ao contrário do senhor vereador que tentou escamotear e camuflar que eram do CDS-PP e, só nos últimos dias de campanha é que apareceram como fazendo parte de uma lista do CDS-PP. Lembrou, também, de

uma afirmação do senhor vereador, no debate realizado na Sociedade Imparcial, em que o mesmo afirmou perentoriamente, que substituiria a construção do Passeio do Tejo por obras menores.

O senhor presidente perguntou ao senhor vereador Vasco Pinto se não sente vergonha, apesar de todos cometerem erros quando tomam decisões, as tomadas pela CDU foram sempre mais as certas do que as erradas e passaram-se situações gravíssimas que o senhor vereador nem sequer imagina e, se votou no CDS-PP, contribuiu também para essas situações, a que nós vivemos e a que o povo português vive. O CDS-PP é o rosto visível de políticas desgraçadas e que desgraçaram o povo português. O senhor presidente afirmou que nunca votou no CDS-PP e, por isso, não tem culpa, agora, o senhor vereador tem, se votou no CDS-PP, senão o deputado Nuno Magalhães não viria tantas vezes a Alcochete às corridas de toiros.

O senhor vereador respondeu que o deputado Nuno Magalhães já vinha a Alcochete muito antes das eleições.

O senhor presidente desafiou o senhor vereador a assumir se votou, ou não no CDS-PP, afirmando, contudo, que obviamente votou e deveria envergonhar-se disso e considerando não ser razão nem fundamento para a discussão. Se o senhor vereador utilizou o termo *vergonha* então, muito bem, digira a vergonha mas também digira os sucessos da CDU porque isso é que é difícil de digerir: os sucessos e as concretizações da CDU.

O senhor vereador disse que as afirmações do senhor presidente não eram verdadeiras porque, por diversas vezes felicitou a Câmara Municipal pelos seus sucessos, ao que o senhor presidente lembrou que o senhor vereador se referiu aos espaços verdes como o “calcanhar de Aquiles” deste mandato e que como o “calcanhar de Aquiles” vai ser corrigido e tratado, o senhor vereador já pode transmitir ao CDS-PP (se não for candidato, se for, assuma) que a gestão da CDU foi exemplar porque a mesma tinha um problema, que era a gestão dos espaços verdes, mas como foi resolvido a tempo, não votem no CDS-PP, votem na CDU.

A terminar, o senhor vereador Vasco Pinto, em resposta ao senhor vereador José Luís Alfélua, disse que todos passam no local e vêm lixo fora dos contentores, rastejantes e, se isso não representa um perigo para a saúde pública e também para as crianças, então calar-se-á.

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, relativamente às afirmações do senhor vereador Vasco Pinto sobre os 50 euros que uma munícipe esteve um ano à espera para receber, esclareceu a questão e os critérios que estiveram subjacentes à recuperação financeira da Câmara, ou seja, como a dívida de curto prazo que se prolongou, tiveram de ser criados critérios de pagamento: As dívidas eram pagas por antiguidade e não por valor, porque os valores baixos pode parecer que têm menos significado mas há várias faturas com montantes baixos e em conjunto criavam a dívida de curto prazo. A dada altura começou a estancar a dívida, tanto a que vinha de trás por antiguidade, como não adquirir mais a partir de 2015. Assim, 2016 continuou da mesma forma até que se fechou o cerco à dívida.

O senhor vereador Jorge Giro disse que, em dada altura, não teve vergonha, primeiro ficou estupefacto, depois preocupado, porque em maio ou abril de 2014, a seguir às eleições, surgiu também o movimento, ligado ao CDS-PP, ou diga-se independente, de pseudo cariz social e que se chamava VP – Vamos Partilhar e que, por acaso tinha as mesmas iniciais de Vasco Pinto. Era, sobretudo um movimento de 100% pessoas ligadas ao CDS-PP, puseram na página da concelhia do Partido, várias entregas de comida em S. Francisco e entregas de roupa à Santa Casa da Misericórdia, mas depois aquilo que entrou de uma forma muito forte, hoje, esmoreceu e as pessoas já não comem há dois anos, porque o movimento acabou e esse populismo, segundo o senhor vereador, é que preocupante.

O senhor vereador Vasco Pinto afirmou que isso são *fait-divers*, uma vez que não tem nada a ver com o assunto e o seu nome nunca este associado a esse movimento.

O senhor vereador Jorge Giro disse que não são *fait-divers*, mas sim responsabilidade, porque quem vai bater à porta de alguém a oferecer comida, tirar

fotos com as t-shirts verdes vestidas, publicitar e depois nunca mais lá vai, só pode ser populismo.

O senhor presidente disse que se estava a reduzir uma apreciação de documentos previsionais tão ambiciosos e tão confortáveis a esta querela político-partidária é claramente, isso sim, lamentável e pouco aconselhável. Para terminar, o senhor presidente disse ao senhor vereador Vasco Pinto que mede bem as suas palavras, por respeito político para com todos, em relação ao senhor vereador Vasco Pinto por outras razões que têm muito mais substância e são muito mais importantes que as questões políticas. Não se esquece, porque às vezes as pessoas são infelizes nalgumas afirmações, daquilo que o senhor vereador afirmou em pleno debate para as Autárquicas que havia alguém (no caso, o senhor presidente) que fazia campanha porque “andava aos beijinhos”, portanto, todas essas afirmações começaram aí, pelo que o senhor vereador tem de decidir se quer ser lobo ou cordeiro.

Submetido à votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 1 voto contra do CDS-PP, 1 abstenção do PS e 5 votos a favor, da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 1**.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto fez a seguinte Declaração de Voto, em nome do CDS-PP:

“O Poder Local constitui uma pedra basilar da democracia Portuguesa, servindo aqueles que estão numa primeira linha em contacto com o poder de decisão, criando pontes que aproximam eleitos a eleitores e indo ao encontro das verdadeiras necessidades e expectativas das populações.

A realidade deste orçamento demonstra um exercício que se traduz única e quase exclusivamente na manutenção do exercício económico anterior, estruturado em “manutenções” (estradas, arruamentos, passeios, sinalização horizontal,

iluminação pública) cujo financiamento não está sequer definido e “estudos e trabalhos especializados”, que se vêm repetindo nos exercícios anteriores.

Tudo isto apesar da receita demonstrar um cenário favorável: €5.440.576 para €6.358.442 suportado pelos impostos diretos, em especial pelo IMI (que se estima subir em mais de €111.000,00: de €3.969.168 para €4.080.622).

Entendo, por isso, que o orçamento apresentado não é mais que uma cópia dos anteriores exercícios, cujas taxas de execução foram muito reduzidas, conforme comprovam os Relatórios de Gestão apresentados.

Pelo que, voto contra o ponto relativo aos documentos previsionais para 2017, nomeadamente o Orçamento, as Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes para o ano 2017.”

O senhor vereador Francisco José da Fonseca Giro fez a seguinte Declaração de Voto, em nome do PS:

“O PS abstém-se no Ponto 4.1 – Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Atividades Mais Relevantes para os anos de 2017/2020, Orçamento para o ano 2017 e Mapa de Pessoal para o ano de 2017, por não ver refletido nestes documentos a sua estratégia e muitas das suas opções, nomeadamente, nas políticas de intervenção social, educação e principalmente na área da juventude.”

4.2 Ratificação do Despacho n.º 32/16 – 7.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2016 – PPI e AMR

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo Despacho, datado de 24 de outubro de 2016, foi aprovada a 7.ª Alteração às Grandes Opções do Plano 2016 – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara

Municipal, de harmonia com o n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor, do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 2**.

4.3 Ratificação do Despacho n.º 33/2016 – 8.ª Alteração ao Orçamento de 2016

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo Despacho, datado de 24 de outubro de 2016, foi aprovada a 8.ª Alteração ao Orçamento de 2016, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor, do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 3**.

4.4 Aceitação de doação de micro-ondas

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi proposto o seguinte assunto:

«A Encarregada de Educação, Carla Sofia Lopes Ramos, atenta às necessidades existentes nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho, doou um micro-ondas à Escola E.B.1/J.I. n.º 1 de Alcochete, apetrechando aquele estabelecimento de ensino com um equipamento fundamental para o serviço de refeições.

Desta forma, propõe-se a aceitação desta doação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.5 Revogação de subsídio atribuído à Associação Equestre de Alcochete

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi proposto o seguinte assunto:

«Foi aprovado por unanimidade, na reunião de Câmara de 11 de maio de 2011, a atribuição de um subsídio, no valor de €250,00 (duzentos e cinquenta euros), à Associação Equestre de Alcochete, destinado a apoio para as comemorações do seu 16.º aniversário.

Até à data, a coletividade não levantou a verba referida, não responde às comunicações do Município, não realizou qualquer atividade e não tem a sua situação regularizada, de acordo com o ponto 3 do artigo 7.º do RAMA.

Perante o acima exposto, e conforme parecer jurídico, propõe-se que seja revogada a atribuição do referido subsídio.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.6 Celebração de protocolo de parceria entre a Câmara Municipal de Alcochete e a CERCIMA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado de Montijo e Alcochete, CRL

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi proposto o seguinte assunto:

«A CERCIMA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado de Montijo e Alcochete, C.R.L., disponibiliza diferentes respostas sociais aos munícipes de Alcochete, em âmbitos tão diversos como a Valência Educacional para jovens em idade de escolaridade obrigatória com necessidades educativas especiais, o Centro de Atividades Ocupacionais para cidadãos a partir dos 18 anos com deficiência mental, a Formação Profissional para cidadãos maiores de 18 anos com deficiência física, mental ou outros problemas que dificultem a sua inserção em postos de trabalho e o Transporte Adaptado de cidadãos portadores de deficiência física com mobilidade reduzida.

Dada a abrangência e qualidade da sua intervenção, e atendendo à sua disponibilidade e motivação para desenvolver ações em parceria na área social, propõe-se a celebração de um protocolo de parceria com a CERCIMA que contemple as diferentes colaborações existentes com a Câmara Municipal de Alcochete prevendo igualmente um subsídio único, a ser atribuído no final de cada ano.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar o referido protocolo como **Doc. 4**.

4.7 Apoio ao Movimento Associativo e Desportivo – Celebração de contrato programa para o ano de 2016: Associação de Proteção dos Animais Abandonados “Os Canitos”

Pelo senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro foi proposto o seguinte assunto:

«No âmbito da colaboração existente entre a Câmara Municipal de Alcochete e a Associação “Os Canitos” na gestão do Centro Municipal de Recolha de Canídeos (CMRC), nomeadamente no descrito no Protocolo de Colaboração entre ambas as entidades, confirmo, para efeito da eventual atribuição de apoios institucionais ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, o apoio disponibilizado pela Associação no referente a situações médico-veterinárias para as quais a Câmara Municipal não dispõe de meios para resolver.

Deste modo, é a Associação “Os Canitos” que, por meios próprios, possibilita a realização de esterilizações e castrações, assim como, outros atos médicos relacionados com problemas de saúde dos canídeos (quase todas elas, doenças de que os mesmos já são portadores no momento da entrada no CMRC); para tal, a Associação encaminha os animais para clínicas veterinárias com as quais também estabeleceu acordos.

Tendo em conta os considerandos anteriormente referidos e a informação técnica DAOML-SSP-CMRC n.º 45/16, submete-se para discussão e deliberação a proposta do contrato-programa a celebrar com a associação com a qual estão acordadas as formas de apoio.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o mesmo por unanimidade, bem como anexar o referido contrato-programa como **Doc. 5**.

4.8 Alteração aos anexos I e II do Regulamento Interno da Biblioteca de Alcochete

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«Na sequência de uma redefinição dos horários de funcionamento e abertura ao público da Biblioteca de Alcochete e da necessidade de criação de preços de utilização do espaço da sala multiusos deste equipamento municipal, bem como de alguns dos serviços prestados (digitalizações, impressões e emissão de 2.ª via do

cartão de leitor), submete-se para aprovação a alteração aos Anexos I e II do Regulamento Interno da Biblioteca de Alcochete.

A alteração ao anexo I deverá produzir efeitos a partir de 31 de outubro, sendo que a alteração ao anexo II deverá produzir efeitos imediatos.

Assim, propõe-se a deliberação sobre a aceitação da proposta e aprovação da respetiva alteração (em anexo).

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar o referido documento como **Doc. 6**.

4.9 Atualização da Política de Incorporações do MMA – Museu Municipal de Alcochete

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«A Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses e refere, no ponto 2 do seu artigo 12.º, que *“a política de incorporações deve ser revista e atualizada pelo menos de cinco em cinco anos”*.

No cumprimento da Lei, o Museu Municipal reviu a sua Política de Incorporações, aprovada e revista nas Reuniões de Câmara de 20 de Setembro de 2006 e 12 de outubro de 2011, respetivamente, e concluiu que a mesma se mantém em consonância com a missão, vocação, dimensão e objetivos do Museu Municipal, não lhe propondo qualquer alteração.

Assim, propõe-se a deliberação sobre a aceitação da proposta e aprovação do documento que define a Política de Incorporações do Museu Municipal de Alcochete (em anexo).»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar o referido documento como **Doc. 7**.

5. Apoios financeiros

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foram apresentadas as seguintes propostas:

1 – Atribuição de apoio financeiro – Núcleo Sportinguista do Concelho de Alcochete

«De acordo com a informação técnica do Setor de Juventude e Movimento Associativo n.º 20, datada de 21/10/2016, referente ao supramencionado assunto, somos pelo presente a propor, para deliberação, da digníssima Câmara Municipal de Alcochete:

- Atribuição de um apoio financeiro, no valor de €267,50 (duzentos e sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos).»

Presente a referida informação técnica, cujo teor é o seguinte:

«O Núcleo Sportinguista do Concelho de Alcochete tem colaborado com o Município de Alcochete desde 2011, na dinamização de iniciativas de relevante interesse para o município, nomeadamente nas comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio, na realização de atividades abertas à população e tem vindo a promover a formação desportiva na modalidade de futsal.

Para o efeito, a coletividade apresentou candidatura própria, ao abrigo do artigo 4.º do RAMA, no âmbito do programa de apoio às atividades pontuais relevantes.

Assim, propomos à digníssima Câmara a atribuição de um apoio financeiro no valor de €267,50 (duzentos e sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos), para fazer face aos encargos acima referenciados.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

2 – Atribuição de apoio financeiro – Futebol Clube de S. Francisco

«De acordo com a informação técnica do Setor de Juventude e Movimento Associativo n.º 21, datada de 21/10/2016, referente ao supramencionado assunto, somos pelo presente a propor, para deliberação, da digníssima Câmara Municipal de Alcochete:

- ✓ Atribuição de um apoio financeiro, no valor de € 1.885,00 (mil oitocentos e oitenta e cinco euros).»

Presente a referida informação técnica, cujo teor é o seguinte:

«O Futebol Clube de S. Francisco, promoveu a formação desportiva de jovens nas modalidades de futsal e patinagem artística durante a época 2015/2016, tendo obtido resultados significativos nestas modalidades.

A coletividade, apresentou candidaturas ao abrigo do 3.º, do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, no âmbito do Programa de Apoio às Atividades Regulares e Pontuais para fazer face aos encargos relacionados com as inscrições e seguros dos atletas.

Dada a relevância do trabalho que tem sido desenvolvido pela coletividade, em parceria com o Município, e em prol do desenvolvimento desportivo no nosso Concelho, proponho a atribuição de um subsídio no valor total de €1.885,00 (mil oitocentos e oitenta e cinco euros), para fazer face aos encargos acima referidos, sendo €1.540,00 (mil quinhentos e quarenta euros) para atividades regulares e €345,00 (trezentos e quarenta e cinco euros), para atividades pontuais.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

3 – Atribuição de apoio financeiro – Grupo Desportivo Alcochetense

De acordo com a informação técnica do Setor de Juventude e Movimento Associativo n.º 22, datada de 24/10/2016, referente ao supramencionado assunto, somos pelo presente a propor, para deliberação, da digníssima Câmara Municipal de Alcochete:

- Atribuição de um apoio financeiro, no valor de €3.185,00 (três mil cento e oitenta e cinco euros).»

Presente a referida informação técnica, cujo teor é o seguinte:

«À semelhança dos anos anteriores, o Grupo Desportivo Alcochetense promoveu, durante o ano de 2016, a formação desportiva de jovens na modalidade de futebol. Além disso, a coletividade tem colaborado com o Município no desenvolvimento de iniciativas de relevante interesse para o município.

Dada a relevância da colaboração que esta coletividade tem demonstrado, em parceria com o Município e em prol do nosso concelho, propomos à digníssima Câmara a atribuição de um apoio financeiro no valor global de €3.185,00 (três mil, cento e oitenta e cinco euros). Sendo que €2.830,00 (dois mil, oitocentos e trinta euros) destinados ao apoio das atividades regulares e os restantes €355,00 (trezentos e cinquenta e cinco euros), para o apoio às atividades pontuais.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

4 – Atribuição de apoio financeiro – Associação Cultural e Desportiva da Comissão de Moradores do Bairro 25 de Abril

«De acordo com a informação técnica do Setor de Juventude e Movimento Associativo n.º 23, datada de 24/10/2016, referente ao supramencionado assunto, somos pelo presente a propor, para deliberação, da digníssima Câmara Municipal de Alcochete:

- Atribuição de um apoio financeiro, no valor de € 300,00 (trezentos euros).»

Presente a referida informação técnica, cujo teor é o seguinte:

«A Associação Cultural e Desportiva da Comissão de Moradores do Bairro 25 de Abril desenvolveu, em parceria com o município, durante a época 2015/2016, atividades pontuais e regulares, que promoveram o convívio e a confraternização entre sócios, moradores e população em geral.

Neste sentido, proponho à digníssima Câmara a atribuição de um apoio financeiro no valor de €300,00 (trezentos euros), para fazer face aos encargos assumidos com as suas iniciativas.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

6. Informações

Não foram prestadas informações.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registou-se a intervenção da senhora D. Carmem Matos que, em nome de Elisa Noronha, agradeceu a cedência da terra para os canteiros, por parte da Câmara Municipal de Alcochete.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 00:25 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.